

**POR DENTRO DA REDE:  
DELINEANDO O IMPACTO DA IMPLANTACAO DA REDE DE PONTOS DE  
CULTURA NAS ENTIDADES DE RIBEIRAO PRETO/SP**

Jonas Pereira Paschoalick<sup>1</sup>  
Luciana Rodrigues<sup>2</sup>

**RESUMO:** Quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da república, começava assim um breve período em que seriam possíveis novas experimentações nas áreas da política pública. Na área da cultura, surge especificamente o programa Cultura Viva. Em meio a uma gama de ações, o programa traz consigo um conceito inovador para as políticas culturais: os “Pontos de Cultura”, carro chefe do programa nas relações entre Estado e Sociedade Civil. O objetivo desse trabalho é discutir o impacto da implantação da Rede de Pontos na cidade de Ribeirão Preto/SP, no que tange ao cotidiano das entidades beneficiadas pelo convênio com o poder público, tomando como referência os seguintes indicadores: identidade e diálogo cultural; gestão compartilhada, participação e cidadania cultural; democracia cultural; e sustentabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diálogo Cultural; Cidadania Cultural; Democracia Cultural; Sustentabilidade; Política Cultural.

## **1. INTRODUÇÃO: O programa “Cultura Viva”**

O programa “Cultura Viva” tem como alicerce conceitual de suas ações o tripé protagonismo/autonomia/empoderamento, e se caracterizou como uma ação que propunha permitir aos “marginalizados” que decidissem e articulassem as ações de cultura conforme seus interesses e necessidades. Os marginalizados – aqueles atores sociais produtores de cultura que historicamente foram excluídos pelas políticas culturais tradicionais – teriam a chance de serem vistos, reconhecidos e se reconhecer através de uma política cultural que compreendesse a necessidade de que todas essas ações fossem dispostas em redes de retroalimentação.

Uma das propostas do programa foi levantar o debate em torno da cidadania cultural e da necessidade de construção de uma cultura política capaz de orientar as instituições estatais a uma maior flexibilidade nas relações com os agentes sociais. A lógica do programa “Cultura Viva” era fomentar ações culturais que não se encontravam baseadas na racionalidade de interesses do financiamento privado, *“tratando atores sociais desiguais como desiguais, no*

---

<sup>1</sup> Pós-Graduado *lato sensu* em “Educação, Ética e Cidadania” pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Franca). Foi gestor do Sibipiruna - Pontão de Cultura de Ribeirão Preto. Endereço eletrônico: jonaspasck@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia e graduada em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), da Universidade de São Paulo (USP). Foi coordenadora geral do Sibipiruna - Pontão de Cultura de Ribeirão Preto. Coordena a área de gestão de entidades culturais do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). Endereço eletrônico: lurodrigues.cultura@gmail.com.

*intuito de diminuir as assimetrias na alocação de recursos na área cultural”* (SANTOS, 2011).

Já há algum tempo, os debates em torno das relações entre cultura e desenvolvimento vem permeando indicadores de qualidade de vida. Hoje os índices sociais relativos à criação, produção e fruição artístico-cultural tornaram-se componentes destes indicadores. O acesso à cultura representa um sinal de desenvolvimento geral de uma sociedade. E a capacidade de participação na criação e transmissão patrimonial de seu legado às gerações futuras tornou-se um indicador de melhorias sociais e econômicas.

Contudo, para a construção de um programa que desse conta de incorporar a subjetividade, autonomia e a demanda dos grupos marginalizados, foi preciso o desenvolvimento de um novo conceito de política cultural e gestão compartilhada. Estes eram os “Pontos de Cultura”. Nas palavras de Célio Turino, idealizador do programa Cultura Viva,

“os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e Sociedade. No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como um processo [...] Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social” (TURINO, 2010, p.52).

A partir de 2003, o Ministério da Cultura (MinC) passa a se reestruturar, buscando trazer para o centro do debate sobre produção cultural o fortalecimento da chamada “cultura popular”, com o objetivo de construir uma nova hegemonia dentro das políticas culturais do Estado, bem como uma nova perspectiva sobre o conceito de cultura para embasar tais políticas.

Houve, desde o início, o reconhecimento de uma necessidade urgente de descentralização e democratização do acesso aos bens culturais. Entretanto, a primeira estratégia elaborada pelo governo Lula, que tinha Gilberto Gil como seu Ministro da Cultura, previa a construção de espaços físicos, as Base de Apoio à Cultura (BAC) – pequenos centros culturais pré-moldados que seriam instalados em bairros periféricos de diversos municípios

pelo Brasil. Segundo Célio Turino (2013) “*este era um caminho que beneficiava a “estrutura” em detrimento do “fluxo”, o cimento e o ferro no lugar da pulsação*”.

Em meados de 2003, Célio Turino, idealizador do programa “Cultura Viva”, assume o cargo de Secretário da Cidadania Cultural e traz consigo uma nova perspectiva conceitual para a produção cultural: “Cultura é fluxo e fluxo é vida”.

Surge, então, o programa “Cultura Viva” e o “Ponto de Cultura” como conceito norteador da nova política cultural. Segundo o Turino “*os Pontos de Cultura guardam o firme desejo de desesconder o Brasil*” (2010, p.14).

Os Pontos de Cultura potencializam esse processo de mudança. E o fazem por expressarem a cultura em suas dimensões ética, estética e de economia. O Ponto de Cultura não se enquadra em fôrmas; nem é erudito nem é popular; também não se reduz à dimensão da “cultura e cidadania” ou “cultura e inclusão social”. Ponto de Cultura é um conceito. Um conceito de autonomia e protagonismo sociocultural. Na dimensão da arte, vai além da louvação de uma arte ingênua e simples, como se ao povo coubesse apenas o lugar do artesanato e do não elaborado nos cânones do bom gosto. Pelo contrário, busca sofisticar o olhar, apurar os ouvidos, ouvir o silêncio e ver o que não é mostrado (TURINO, 2010, p. 16).

Quando uma entidade é selecionada como Ponto de Cultura, ela assina um convênio com o governo federal (diretamente ou via outros entes federados como estados e municípios). É firmado, como repasse de recursos, R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) ao longo de três anos, divididos em três parcelas de 60 mil a cada ano.

Dessa maneira, inverte-se a lógica de abordagem dos grupos sociais. O MinC diz o quanto pode oferecer e os proponentes definem, a partir de suas necessidades, como irão aplicar o recurso. Em algumas propostas um maior investimento vai para a adequação do espaço físico, em outras, equipamentos, ou realização de oficinas, etc. O único componente comum à todas são os “Kits Multimídias” (TURINO, 2010).

Os Pontos de Cultura pressupõem autonomia e protagonismo sociocultural, que tem seu potencial aumentado quando articulados em rede, o que legitima o fazer cultural de comunidades, gerando o empoderamento social.

O objetivo do programa seria integrar o Ponto a um sistema mais amplo, “*vivo, pulsante*”. Ponto de Cultura e o Programa “Cultura Viva” nascem juntos e são indissociáveis. Estes são concebidos como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural (TURINO, 2010).

O “Cultura Viva” se pretende como uma política cultural “de baixo para cima”. Pretende o compartilhamento do poder com os novos sujeitos sociais e o estabelecimento de redes de colaboração e solidariedade, ou seja, dar voz e empoderamento àqueles que nunca

foram ouvidos e permitir que eles construam as novas relações democráticas e a ação cidadã se compreendendo em redes de conexões entre si.

## **2. A REDE DE PONTOS DE CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO**

No ano de 2009, agentes culturais da sociedade civil, o Conselho Municipal de Cultura e a Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto articularam-se em torno da proposta de instituir uma rede de Pontos de Cultura na Cidade. Foram realizadas reuniões com a equipe do MinC, entre eles o próprio Célio Turino – então coordenador do programa –, nas quais foi discutido o processo de solicitação do convênio.

Segundo Adriana Silva, secretária municipal de cultura à época, apresentou-se o desejo do estabelecimento de uma rede composta por dez Pontos e um Pontão de Cultura na cidade. A proposta do programa estava em consonância com as questões que envolviam a elaboração do Plano Municipal de Cultura. Segundo Adriana:

“Partimos em busca da parceria com a certeza de se tratar de um programa que dialogava com nossa perspectiva de programa de governo. Cumpria as funções de transformar os agentes da comunidade em protagonistas e o poder público em fomentador, permitia a tão desejada descentralização e, muito importante, permitia a presença da Secretaria em locais que não chegaria sozinha. A estratégia estava solicitada no Plano Municipal de Cultura, em processo de elaboração naquele mesmo momento”.

Todo processo de elaboração do edital e estabelecimento dos convênios foi acompanhado de perto pelo Conselho Municipal de Cultura (CMC), por outros atores da sociedade civil e agentes do MinC, tendo sido um processo transparente e participativo. Foram publicados dois editais, um para seleção de dez Pontos de Cultura e outro para seleção de um Pontão de Cultura, com função de realizar a gestão da rede municipal. No primeiro edital, inscreveram-se dezoito entidades; no segundo, foram três.

Seguiu-se a apreciação do edital e a Rede de Pontos de Cultura da cidade foi instituída. Estava iniciado um processo que, durante três anos, fomentaria centenas de ações, entre oficinas permanentes, esporádicas, cursos, apresentações, mostras, festivais, dentre outras ações culturais. Atenderia a um público na casa dos milhares, entre alunos e expectadores. Faria efervescer a cena cultural da cidade, dando suporte estrutural, conceitual, organizacional e profissional aos grupos fazedores de cultura locais.

Os Pontos de Cultura surgem, então, no contexto cultural de Ribeirão Preto com a missão de fortalecer grupos e iniciativas culturais já existentes na cidade. O apoio do MinC e da Secretária Municipal de Cultura vem sob forma de repasses financeiros, suporte técnico e

institucional, dando estrutura ao desenvolvimento das ações, à troca de informações e ao intercâmbio entre as entidades e diferentes comunidades culturais e suas manifestações.

Os três anos de convênios estabelecidos entre os grupos fazedores de cultura da cidade e o poder público, possibilitaram um salto qualitativo e quantitativo no que tange ao alargamento do diálogo cultural; da participação e sustentabilidade, em seu conceito mais amplo de envolvimento de uma multiplicidade de agentes; da articulação entre diferentes instâncias; da constituição de redes de parceria; da sistematização de metodologias de trabalho e de formas de repasse do “saber-fazer” produzido. Tal alargamento das questões que envolvem o campo de produção cultural está em comum acordo com perspectivas conceituais do que se entende o desenvolvimento de uma “Democracia Cultural”.

De forma a quantificar as contribuições que a política de pontos de cultura proporcionou às entidades de Ribeirão Preto, podemos destacar os impactos na relação com o público atendido, nas ações e atividades desenvolvidas, no número de profissionais contratados e nos produtos culturais produzidos.

Os números somente bastariam para comprovar o substancial impacto que a rede municipal de pontos provocou nas entidades. Sem considerar os dados do Pontão de Cultura e de uma entidade que foi descredenciada ao final do primeiro ano de convênio, o público atendido nessas comunidades culturais praticamente dobrou, podendo ser observado um aumento de 92% do número de pessoas com acesso direto aos bens e eventos culturais produzidos (gráfico 01). Esse aumento significativo do acesso representa, da mesma forma, um mecanismo para formação de público para a área cultural e formação de agentes culturais.

Paralelamente a esse salto quantitativo do público atendido, observa-se também o aumento das atividades desenvolvidas em 59,5%, e do número de profissionais contratados, sendo 67 novos agentes culturais entre funcionários regulares e oficineiros (gráfico 02).

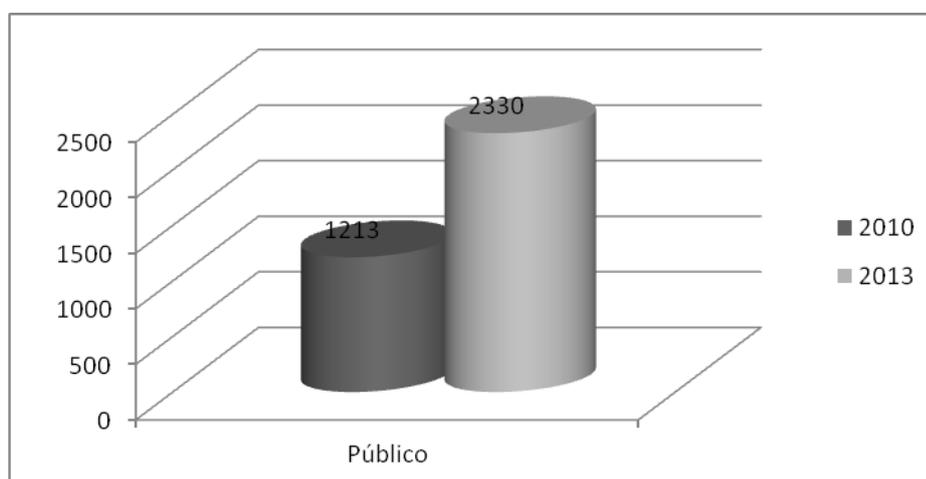


Gráfico 01 – Quantidade do público beneficiado no início da implantação da rede de Pontos de Cultura de Ribeirão Preto, em 2010, e ao final do convênio, em 2013.

O impacto nos produtos culturais produzidos durante os três anos de convênio foi, da mesma forma, substancial, embora ainda seja difícil quantificar esse impacto, uma vez que as ações culturais produzidas pelas próprias entidades e as ações resultantes do fomento do programa se confundem. Na maioria dos casos, o programa cria situações que proporciona o fomento qualitativo daquelas ações culturais próprias, não previstas no projeto selecionado, seja na forma de interações entre diferentes indivíduos ou grupos, seja criando condições para receber criadores e bens culturais de outros lugares, ou mesmo contribuindo para ampliar o repertório e as capacidades das ações próprias. Da mesma forma, podem ser entendidas a criação de oportunidade para a divulgação do trabalho de artistas e dos bens culturais produzidos, a contratação de recursos humanos e a aquisição de equipamentos que dão suporte e sustentação às demais atividades que não compõem o objeto do convênio.

A dificuldade dessa distinção foi observada na fala de alguns dos agentes culturais entrevistados durante o processo de coleta de dados para esta pesquisa. Exemplo presente nas falas de Luiz Gustavo Porto, aluno de teatro do Ponto de Cultura Ribeirão em Cena - Inclusão Sociocultural, quando alega:

“... um ponto positivo do programa ponto de cultura é que muitas vezes você não sabia exatamente o que era da escola, de antes, e o que era do ponto de cultura. Tinha essa divisão mais por uma questão burocrática, mas você não distinguia exatamente o que era do ponto de cultura e o que vinha de antes, mas você podia notar que houve um desenvolvimento do trabalho que já acontecia lá...”.

Ou na maneira como o educador do Ponto de Cultura Cantecoral, Mítia D’Acol, destaca a importância do “Kit Multimídia” como possibilidade de registro e divulgação dos produtos gerados no trabalho da entidade que participa:

“Eu ainda trabalhei no projeto como um ‘coordenador tecnológico’. Quando eu li o edital, eu vi que todo mundo tinha que ter um kit multimídia, porque a ideia era todo ponto ter uma ilha de edição de áudio e vídeo, para poder divulgar o trabalho do ponto... vi a possibilidade da gente começar a divulgar nosso trabalho pela internet, que era algo que não era muito feito. Nós tínhamos três vídeos no youtube e hoje nós já estamos com trinta vídeos...”.

De outro lado, o representante legal da entidade Ribeirão em Cena, Gilson Filho, vê a importância da qualificação da equipe (educadores, gestores e alunos), no que diz respeito a demandas da entidade em relação a trabalhos mais técnicos:

“Com a chegada do Ponto de Cultura, ele permitiu que nós abrissemos cursos técnicos, porque o nosso curso aqui é de formação de cantores, músicos e atores. Ou seja, o ator que canta, dança e interpreta... Aí, o que faltava? Faltava o design gráfico, faltava cenografia, faltava maquiagem, faltava iluminador, faltava gestão... Quando o ponto de cultura veio para cá, a gente pôde ter esses cursos pontuais e formar profissionais. Por exemplo, nós formamos iluminadores”.

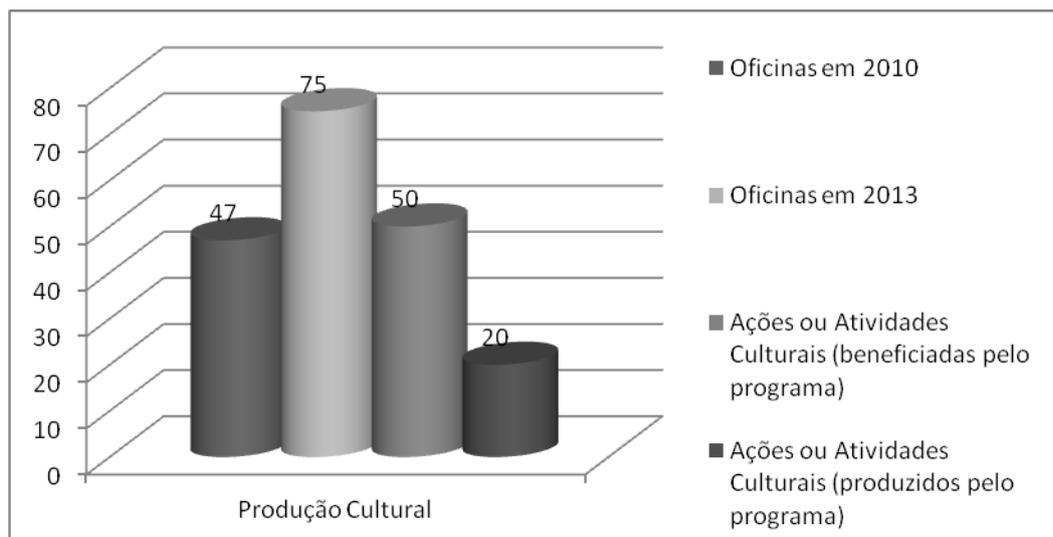


Gráfico 02 – Índices da Produção Cultural beneficiada ou produzida durante os três anos de duração da rede de Pontos de Cultura de Ribeirão Preto.

Ainda sim, como podemos observar no gráfico 02, dentro das atividades culturais produzidas por estas entidades (grupos de teatro, espetáculos, corais, afoxés, grupos de percussão, de música, de dança, de capoeira, teatro literário, circo, entre outros), 40% destas são resultados diretos das ações do programa de Pontos de Cultura, os outros 60% foram, de alguma forma, como visto, beneficiadas pela política de fomento do Cultura Viva.

### 3. METODOLOGIA: indicadores de desenvolvimento cultural

Esta pesquisa, que resultou os dados apresentados acima, foi realizada em cima de um amplo processo de coleta de dados quantitativos e qualitativos. De forma a quantificar o impacto da implantação da Rede de Pontos de Cultura em Ribeirão Preto, foram coletados dados, por meio de questionário, referentes ao público atendido, às atividades oferecidas, aos profissionais contratados e aos produtos culturais gerados.

Na intenção de acompanhar o impacto qualitativo no desenvolvimento da produção cultural das entidades com o convênio, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com

membros dos nove<sup>3</sup> Pontos de Cultura da cidade, na tentativa de fornecer uma melhor descrição dos resultados conquistados com a política de Pontos de Cultura, buscando uma compreensão da totalidade do processo. Ao todo, foram feitas 36 entrevistas, sendo quatro em cada entidade: uma com seu presidente da entidade; uma com o coordenador do Ponto de Cultura; uma com um oficinairo ou professor do ponto; e uma com um aluno beneficiado com as ações propostas.

Durante a pesquisa, buscou-se desenvolver instrumentos capazes de captar informações sobre a dinâmica da produção cultural de cada Ponto. Para tanto, respeitou-se a definição antropológica do conceito de Cultura presente no Programa Cultura Viva, de forma a delimitar o universo a ser estudado. Optou-se pela aproximação dos marcos conceituais estabelecidos por políticas culturais de proximidade, quem têm o bairro, comunidade local ou região como referência principal e busca recuperar a proximidade com os problemas cotidianos dos cidadãos, com vistas à participação ativa na vida cultural da cidade. Tal perspectiva envolve uma dimensão participativa que visa o entendimento do trabalho compartilhado entre gestores, artistas e público, destacando mais o valor do processo criativo do que o resultado final (SILVA, 2011).

Outra característica deste processo investigativo é o viés político que assume as intervenções culturais. Quando a dimensão da participação é explorada em uma política pública, como estratégia de transformação social, o resultado é o fomento do diálogo intercultural, a criação de propostas de inclusão social, a defesa do patrimônio, o uso e a apropriação de determinados espaços públicos e a consequente democratização da gestão, a partir das reivindicações por políticas públicas dos agentes e grupos culturais.

O estudo do processo avaliativo do próprio Programa Cultura Viva também foi muito importante para a instituição das dimensões a serem refletidas nesta pesquisa. A partir dos eixos de avaliações específicas, que dizem respeito às iniciativas voltadas à tecnologia sociocultural, à manifestação tradicional e à gestão pública, puderam ser extraídos alguns indicadores para a avaliação do impacto da implantação da Rede de Pontos de Cultura de Ribeirão Preto gerou nas entidades. As análises preliminares dos dados coletados, apresentadas na sequência, dividem esses indicadores em quatro categorias: identidade e diálogo cultural; gestão compartilhada, participação e cidadania cultural; democracia cultural; e sustentabilidade.

---

<sup>3</sup> Ponto de Cultura Cantecoral; Ponto de Cultura Carnaval para Todos; Ponto de Cultura Casa das Artes; Ponto de Cultura Dandhara; Ponto de Cultura Filhos de Bimba; Ponto de Cultura Mosaico dos Bambas; Ponto de Cultura Projeto Kabuki; Ponto de Cultura Ribeirão em Cena; e Ponto de Cultura Transformar.

### 3.1 Identidade e diálogo cultural

Relativa à produção da alteridade, mecanismos de construção identitária e intercâmbio entre diferentes indivíduos e grupos, esta dimensão analítica da produção cultural tem por objetivo compreender os processos que levam ao reconhecimento do “outro”, à construção de uma legitimidade enquanto agente cultural. Buscou-se observar as oportunidades geradas para troca de ideias e experiências recíprocas entre os indivíduos e os grupos, o que Silva (2011) determina como a ampliação do repertório e das capacidades da população local, através de situações que propiciem interação, que contribuam para o desenvolvimento da capacidade dos indivíduos de viverem em comunidade, que criem oportunidades para a divulgação do trabalho dos artistas e bens culturais e da agenda de eventos culturais locais, assim como estabeleçam condições para que as entidades recebam agentes e bens culturais de outras localidades.

Nesse sentido, alguns aspectos foram identificados nas falas e ações de respectivos grupos e indivíduos das entidades. Quando, por exemplo, ao refletir sobre os processos de interação proporcionados pela política de Pontos de Cultura na cidade, o coordenador do Ponto de Cultura Kabuki, Jeziel Paiva, coloca esse processo da seguinte maneira:

“O Ponto de Cultura foi a grande saca do governo Lula, com Célio Turino e Gil no Ministério da Cultura... Eu vejo o Ponto de Cultura de uma forma muito simpática e positiva porque nesses três anos nós conseguimos realizar uma articulação solidária com ações conjuntas entre todos os Pontos que participaram dessa rede e conseguimos uma inter-relação sociocultural inédita na cidade de ribeirão preto que delineou um novo perfil cultural para a cidade...”.

Também ao se referir à Rede de Pontos de Cultura de Ribeirão Preto, entendendo o processo de sua constituição e os problemas inerentes ao trabalho em rede, Flávio Racy, representante do Ponto de Cultura Casa das Artes, afirma que:

“(...) acho que nós tivemos momentos da Rede de Pontos, alguns momentos funcionaram mais, alguns momentos funcionaram menos... A parte oficial da Rede me parece que, ao final, deu uma desestruturada em relação ao trabalho que teve no começo. Porém, eu vejo uma outra rede provocada pelos Pontos de Cultura, uma rede de intersecção entre movimentos e artistas. Eu vejo alguns espaços que são Ponto de Cultura que cumpriram o papel de virar um centro de referência entre artistas, entre movimentos... Nesses três anos aqui na Casa das Artes, a gente tem vários eventos e atividades que de alguma forma a Casa das Artes estava ligada. Todos os anos da “Mostra Gira-Sola”, nós estávamos ligados de alguma forma. No Encontro de Palhaços, todos os anos estávamos ligados de alguma forma. Então, a gente está sempre

participando e colaborando nas coisas que acontecem. Sem contar as coisas que vieram aqui para dentro, vários grupos fizeram encontros aqui. A Casa das Artes, na época das eleições, promovendo bate-papo com os candidatos aqui. Sempre tem alguma coisa movimentando a questão cultural na cidade. A gente tem o Pontão [Pontão de Cultura Sibipiruna] que é um exemplo de articulação de movimentos, você tem tudo quanto é tipo de movimentos ligado lá de alguma forma. Alguns dos Pontos de Cultura, independente da rede oficial, eu sinto que eles estabeleceram outras redes...”

Observa-se, dessa forma, a capacidade desses grupos em organizar redes de interações. Em ambos os relatos, percebe-se que se referem a um impacto que a política de Pontos de Cultura teria trazido para a cidade, para além das Entidades e da Rede de Pontos. Como observou o representante da Casa das Artes, Flávio Racy, essas redes de intersecção entre movimentos sociais e culturais são sintomáticas, como pontos de reverberação. E pode-se dizer, até, que esteja se aproximando ao conceito de *“Do-in Antropológico”* do ex-ministro do MinC, Gilberto Gil.

### **3.2 Gestão compartilhada, participação e cidadania cultural**

Trata-se, aqui, da capacidade que os grupos ou agentes culturais têm de realizar diagnósticos e identificar demandas e potencialidades culturais. Da participação nas decisões sobre políticas culturais. Do estabelecimento de canais de comunicação que possam suscitar o debate sobre as demandas e potencialidades dos grupos e agentes culturais. Da participação em ações capazes de potencializar a capacidade de criação, produção e fruição dos produtos e bens artístico-culturais. Da ampliação do conhecimento sobre o meio cultural, tais como a participação em atividades de pesquisa e registro sobre patrimônio cultural e diferentes memórias.

Analisar a questão da cidadania cultural é refletir sobre o papel do cidadão e da sociedade civil no processo político e na qualidade da democracia. O afastamento das pessoas da esfera política compromete a possibilidade de institucionalizar uma democracia mais preocupada com a dimensão social. Quando ignorada a importância da participação da sociedade civil no processo político e na realização da democracia, estrutura-se um tipo de cultura política em que prevalecem traços políticos convencionais como clientelismo, paternalismo, patrimonialismo, que agem diretamente na configuração de uma cultura política fragmentada, com predisposição ao individualismo e a pouca valorização do coletivo (BAQUERO, 2003).

Nesse sentido, podemos destacar aqui a flexibilidade da ação do Ponto de Cultura Transformar que, após realizar diagnósticos sobre o público atendido em suas atividades e

suas demandas, conseguiu deslocar suas ações da localidade onde reside a sua sede e fomentar um outro espaço, onde atenderiam as demandas apresentadas. O coordenador desse Ponto, Vinícius Vilaça, deixa clara esta intenção:

“Nós estávamos com três lugares, atividades dinamizadas, no Ipiranga, aqui [sede] e no São José. A ideia agora é focalizar tudo no Ipiranga... a gente teve um bate papo com os usuários e são a maioria de lá. A gente fez um trabalho esse ano de divulgação em escola... a maioria das escolas que a gente foi era no Ipiranga, daquela região. As escolas daqui tinham também essa questão, diziam que moravam longe e tal. E a cobrança da direção é que a gente reduza o custo do usuário; para isso, precisamos de mais usuários... A gente queria focar bastante em criança, mas com o decorrer do projeto a gente foi percebendo que nosso público era adulto, idoso e adolescente. Então, fomos dinamizando... Lá [Ipiranga] já vai ter muita criança. Esperamos que o público seja totalmente diferente daqui. A gente acabou visualizando que aqui é um bairro mais antigo, as pessoas buscam mais bem estar... Esse o perfil de público [criança] que a gente quer agora atender em um projeto novo que vamos fazer, que é musicalização...”

Ainda que a maioria das entidades já tivesse uma relação estabelecida com o poder público antes do convênio (algumas no sentido mesmo de convênios e outras formas de fomento), há o reconhecimento por parte de todas que a “chancela” Ponto de Cultura estabelece outras relações com o poder público e a participação. Alguns agentes dos Pontos, como Flávio Racy, fazem parte do Conselho Municipal de Cultura e a intenção de participar do processo decisório das políticas culturais tem aumentado, segundo o representante do Ponto Casa das Artes:

“Conforme o grupo foi se estruturando, criando espaços, desenvolvendo atividades e projetos. Ao mesmo tempo, a gente foi saindo só da questão palco, da questão artística e se envolvendo com a questão cidade, sociedade, questão administração e políticas públicas, estabelecendo esses elos. Hoje a gente tem várias pessoas aqui do Ponto de Cultura ligadas à discussão de políticas públicas, ligadas à discussão de cultura na sociedade... Essa ligação foi construída junto com o processo de construção do Ponto aqui...”

A Rede de Pontos de Cultura de Ribeirão Preto assume este lugar que o Programa Cultura Viva pretende, no sentido de estabelecer relações entre a comunidade, o poder público e associações, entidades, grupos sociais ou agentes produtores de cultura, em torno de ações que visam enfrentar o problema da exclusão sociocultural. Logo, o programa enquanto política cultural é capaz de estimular a solidariedade, uma vez que motiva agentes sociais a participarem em conjunto de ações sociais, construindo uma cultura cívica comunitária, agregadora e solidária.

### 3.3 Democracia Cultural

Cabe aqui explorar os mecanismos e instrumentos de acesso aos produtos, bens e eventos culturais, as condições de usufruto desses bens e as condições de formação e qualificação cultural de seus receptores. Identificar os instrumentos necessários à transformação das relações de produção e consumo, que suscitem contextos de aproximação recíproca entre os bens e os praticantes, entre as posições de consumidor e praticantes, criando oportunidades de expressão, experimentação e criação (SILVA, SANTOS, 2004).

Um exemplo claro dessa na relação que o Ponto de Cultura Carnaval para Todos estabeleceu com uma comunidade tradicional de cultura de matriz africana. Segundo a coordenadora do Ponto, Silvia Seixas, a inserção do Ponto na comunidade foi de forma sensível e qualitativa:

“Ribeirão hoje tem dois afoxés, um se fortaleceu a partir do Ponto de Cultura. Então, você aprender com as diferenças... O afoxé sim, você só poderser afoxé se você for de religião de matriz africana. O afoxé é o candomblé da rua. Você só faz candomblé, você só pode cantar, só pode fazer o ritual da saída do afoxé, se você for ialorixá ou babalorixá. Nesse caso específico do afoxé Ogum Oiá, o Ponto de Cultura chegou para fortalecer, adequar e reorganizar o afoxé sem perder o tradicional. Hoje o afoxé se organiza melhor via Ponto de Cultura. O afoxé se organizou do ponto de vista administrativo e legal no Ponto de Cultura. O Ponto de Cultura foi na Macumba”.

Ou ainda, como exemplo, o mestre de capoeira Cabide, do Ponto de Cultura Dandhara, falando da possibilidade proporcionada pelo ponto de se aprofundar nas questões da cultura de matriz africana:

“A gente fazia uma dança, não fazia em si o afoxé. Fazíamos algumas danças de matriz africana. O afoxé já é tipo um candomblé de rua, uma coisa mais dançada. A gente teve a oportunidade de se aprofundar mais até para nosso conhecimento, porque a gente ainda é bem jovem nessa questão de busca, apesar de eu ter 35 anos de capoeira, nesses 35 anos buscando, mas essa é uma questão mais pessoal. Na questão de grupo, somos bem jovens nisso... A gente pôde, nesse tempo, aumentar a admissão de número de instrumentos. Nós temos vários instrumentos de tambor, que a gente adquiriu durante os três anos de Ponto”.

Logo, pensar a democracia cultural como um indicador para medir o impacto de uma política pública em determinado local ou grupo, passa por entender a necessidade de favorecer a expressão de subculturas particulares, fornecendo aos excluídos os meios de desenvolvimento para eles mesmos se cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências. Pensar a diversidade cultural como estratégia para políticas culturais, torna possível o acesso à fruição, produção e distribuição da cultura por todos os cidadãos. A

produção cultural pressupõe dois trabalhos: o de formação de público e o de formação de agentes culturais (LACERDA, 2012).

### 3.4 Sustentabilidade

Aqui, o conceito de sustentabilidade tem que ir além das formas de financiamento das atividades e fomento das entidades. O conceito de sustentabilidade deve passar pela possibilidade do repasse do “saber-fazer” criado. Liliana Souza e Silva (2011) define sustentabilidade como o envolvimento de uma multiplicidade de agentes, com articulação em diferentes instâncias e a constituição de redes e parcerias. É a construção do conhecimento de forma coletiva a partir da prática e a sistematização de metodologias de trabalho. Em suma, o estabelecimento de conexões e interações que deem sustentação à produção cultural e a fruição de seus bens.

Apesar das relações delicadas da Rede de Pontos em Ribeirão, a menção de ter funcionado ora mais ora menos, e enfraquecido no final com o atraso de mais de seis do repasse da verba, ainda sim percebe-se que se tem uma apreensão sensível da possibilidade de se criar articulações sustentáveis. O mestre de capoeira Mascote, do Ponto de Cultura Filhos de Bimba, fala sobre as relações entre grupos culturais e sua apreensão das possibilidades da Rede de Pontos de Cultura:

“Eu não vi na Rede e o Ponto de Cultura problemático. Muito pelo contrário, eu vi ele resistente às mazelas. Isso já se herda de um comportamento provinciano, você vê as escolas de carnaval, você vê as próprias entidades religiosas, a própria capoeira... Você vê que existe um comportamento provinciano ainda. É fragmentado, não sei isso é nosso, se é latino, se é ribeirão-pretano, não sei se é brasileiro, eu não posso qualificar, eu sei que existe... E eu sei que lá fora é diferente. Lá as entidades são unidas entre si, os membros unidos e as entidades unidas. Então, eles criam força, eles mudam o que eles querem. Aqui não, aqui parece que existe a cada grupo se formando um parasitazinho que vai disseminar um conflito. Então, o que o Ponto conseguiu fazer, eu chamo de milagre. Eles conseguirem unir é milagre. Então, não tem como eu falar que a Rede teve um problema... Quando você tem uma visão coletiva da coisa, como eu achei que esses meninos do Pontão tinham... Rapaz, tem que bater palma. Se os pontos absorveram, eu não sei, eu não posso afirmar. Mas que o Pontão e os meninos com a Rede insistiram, buscaram, flexibilizaram, não tem como... Tem que bater o carimbo e dizer que qualquer coisa que precisarem estamos aqui... Que eles fizeram um trabalho de união de mentalidade, fizeram, e conseguiram um bom trabalho...”

Ou mesmo no frescor juvenil de Ketly, aluna de teatro do Ponto de Cultura Projeto Kabuki, ao felicitar-se quando a sua Cia de teatro, “Valeu a Brincadeira”, que nasceu despreziosamente, produto cultural da oficina de teatro do Ponto, foi reconhecida por outra

entidade teatral da cidade, o Ponto de Cultura Ribeirão em Cena, que já tem reconhecido seu trabalho:

“O Kabuki, ele vem aparecendo geralmente... o grupo de teatro já vem viajando para outros lugares para levar o projeto Kabuki. A gente já foi para Novo Horizonte, já foi para Uberaba... e a gente é conhecido lá como ‘os meninos do teatro do projeto Kabuki’. O Ponto de Cultura Kabuki está sendo conhecido, está indo para frente, mais pessoas vem procurar os cursos aqui. Outro dia, eu estava conversando com pessoas do Ribeirão em Cena, dizendo ‘eu faço projeto Kabuki, eu faço teatro’. Tem pessoas que antigamente não conheciam. Hoje eu falo ‘eu faço parte do projeto Kabuki’, eu tenho mais segurança. Antigamente poucas pessoas conheciam, hoje mais gente conhece hoje, eu posso falar ‘eu sou do Ponto de Cultura Kabuki’...”.

A fala de Ketly e sua participação de uma companhia de teatro fundada no ponto refletem no fato de o Ponto de Cultura ter possibilitado uma sustentação e suporte da ação, expressa no reconhecimento identitário, na legitimidade que dá segurança de poder falar frente a um grupo com mais tradição no campo. O Ponto de Cultura tornou sua ação sustentável.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a pretensão de se analisar o impacto da implantação da Rede de Pontos de Cultura de Ribeirão Preto, tanto em aspectos quantitativos quanto em qualitativos, a pesquisa que resultou este trabalho ainda precisa ser melhor explorada. Essa exploração deverá caminhar, no sentido de serem aprofundados, em termos de análise, os dados apresentados em cada um dos indicadores e mesmo de serem relacionados a outros depoimentos coletados. Pode, ainda, ampliar seu escopo, selecionando novos indicadores, ainda que os elencados tenham apresentado terreno fértil para as incursões investigativas.

De todo modo, o conceito de Cultura e as políticas culturais dele recorrentes podem ser entendidos como um conceito chave para as reflexões sobre as mudanças sociais do mundo de hoje. O desenvolvimento geral de uma sociedade passa, necessariamente, pelo acesso à cultura e a capacidade dos indivíduos participarem da vida cultural da sociedade ou comunidade local na qual se inserem.

## 5. REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello. Dossiê Cultura Política, Democracia e Capital Social. Revista de Sociologia Política: Curitiba, 2003. P. 7-11

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **Prêmio Cultura Viva**: manual de avaliação de iniciativas culturais. São Paulo: CENPEC, 2006.

LACERDA, Alice Pires de. **Democratização da Cultura x Democracia Cultural**: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público. Políticas Culturais: Teorias e Práxis. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/02-ALICE-PIRES-DE-LACERDA.1.pdf>. Acessado em: 16/02/2014

SANTOS, Eduardo Gomor dos. Formulação de políticas culturais: as leis de incentivo e o programa Cultura Viva. In: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia. (Org.). **Pontos de Cultura**: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Augusto Santos, SANTOS, Helena. **A transformação cultural de cidades médias, segundo seus agentes culturais**. Sociologia, problemas e práticas. nº 62, 2010, p. 11-34

SILVA, Liliana Souza e. Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva. In: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia. (Org.). **Pontos de Cultura**: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura**: o Brasil de cima para baixo. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

TURINO, Célio. O Desmonte do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br>. Acessado em: 16/02/2014.